



Sindicalistas presos à porta da residência do dr. Mario Soares são transportados sob prisão em carrinhas da PSP ante a solidariedade de transeuntes

GOVERNO PS/PSD RESPONDE COM MAIS VIOLÊNCIA À LUTA VITORIOSA DOS TRABALHADORES

Na Sorefame os salários foram pagos após as manifestações
Uma centena de sindicalistas presos em dois dias

Pág. 6



Jornada de esclarecimento -um êxito

Pág. 3



Álvaro Cunhal em Alcobaça:

Págs. centrais

«O movimento operário, popular
e democrático é cada vez mais forte»

Marchas

pelo **Pão**
pelo **Trabalho**
contra a **CARESTIA!**

pontos de partida

- PRAÇA DA CORUJEIRA / Porto - 15 h.
- LARGO DO CARVALHIDO / Porto - 15.30 h.
- PRACETA 25 DE ABRIL / Gaia - 15.30 h.

SÁBADO / 31 DE MARÇO

Suplemento / **Avante!**



ASSEMBLEIAS DE ORGANIZAÇÃO

Dezenas de assembleias de organização do PCP continuam a realizar-se em todo o País. No próximo fim-de-semana, na Voz do Operário, reúne a 1.ª Assembleia do Comité Local de Lisboa que encerrará, no domingo, às 17 e 30, com um comício na mesma sala em que participará o camarada Octávio Pato. Pág. 6

SEMANA

21
Quarta-feira



O Governo PS/PSD volta a mandar a polícia de choque carregar sobre os trabalhadores videntes da Marinha Grande que se dirigiam em manifestação para Leiria a fim de dar a conhecer os problemas que sofrem devido aos salários em atraso; a violência policial provocou dezenas de feridos, três dos quais receberam tratamento no Hospital de Leiria ■ Jaime Gama inicia uma visita a Marrocos ■ O Secretariado dos Conselhos de Comunidades Portuguesas afirma em comunicado que a situação dos emigrantes nos países da Europa é cada vez mais preocupante ■ Ramalho Eanes afirma em entrevista a uma cadeia de televisão da RFA que a Europa deve ser uma «área de paz e uma área geradora de paz» ■ O governo da URSS protesta junto da embaixada dos EUA em Moscovo contra o facto de um petroleiro soviético ter sido atingido por uma mina nas águas da Nicarágua; a minagem das águas pelos Estados Unidos está a ser utilizada no bloqueio à Nicarágua ■ Depois do fracasso da cimeira de Bruxelas, a França propõe a exclusão da Grã-Bretanha da CEE.

22
Quinta-feira

O Governo volta a utilizar a polícia de choque para montar uma provocação contra os trabalhadores; desta vez foi em Almada e o alvo foram os trabalhadores da indústria naval ■ Trabalhadores da Anop entregam uma carta-aberta na Assembleia da República aos diversos grupos parlamentares apelando para a sua intervenção junto do Governo no sentido de o levar a «cumprir os compromissos assumidos na AR» ■ O presidente da Câmara da Amadora acusa o Governo de se reger pelos princípios anteriores ao 24 de Abril em matéria de legislação autárquica ■ Na sequência do levantamento de uma mina submarina em Porto Sandino, na Nicarágua, a União Soviética, em nota oficial de protesto, acusou os Estados Unidos de terem cometido um «crime grave e um acto de pirataria e banditismo» ■ O presidente francês, François Mitterrand, chega a Washington para uma visita oficial.

23
Sexta-feira

Álvaro Cunhal afirma em Alcobaca que o factor «decisivo e determinante para uma alternativa democrática é a luta popular» ■ Iniciam-se os trabalhos do XI Congresso do PSD no Teatro Circo em Braga com uma intervenção do seu líder Mota Pinto ■ Mais de duas mil pessoas participam em Beja nas Marchas Contra o Desemprego, por iniciativa dos sindicatos agrícolas ■ Dezenas de operários conservelões concentram-se em frente à Câmara Municipal de Matosinhos com o objectivo de sensibilizar a opinião pública para a situação de atraso no pagamento dos seus salários e alertar contra a eventualidade de demolição das instalações das empresas em que trabalham ■ O Sindicato e a Associação Comercial de Braga acusam o presidente da edilidade de defender os interesses dos especuladores imobiliários ■ Manifestantes sindicais são presos no centro de Santiago do Chile quando protestavam contra a detenção de um outro sindicalista; entretanto, dois alertados em postos de alta tensão provocam o corte da energia eléctrica por várias horas na cidade ■ A União Soviética adverte os Estados Unidos de que não ficará de «braços cruzados» perante a anunciada intenção daquele país de militarizar o espaço.

24
Sábado

Comemorando o Dia do Estudante realizam-se em várias localidades do País marchas de protesto contra a degradada situação em que se encontra o ensino ■ Prosseguem as marchas contra o desemprego, agora no distrito de Portalegre para exigir trabalho e protestar contra a política do actual governo ■ Um semanário, citando uma fonte governamental, afirma que na próxima semana deverão ocorrer novos aumentos dos bens essenciais ■ O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau mostra-se surpreendido com as recomendações feitas por Mário Soares à nossa embaixada naquele país pedindo que se assegure protecção e segurança ao ex-primeiro-ministro, Vítor Saúde Maria ■ Pinochet reinstaura o estado de emergência em todo o país alegando o clima que se vive na sequência de uma série de sabotagens na rede eléctrica; observadores consideram no entanto que tal medida tem em vista impedir a realização da 8.ª jornada nacional de luta popular contra o fascismo ■ Um milhão de italianos protesta em Roma contra a política económica e salarial do governo de Bettino Craxi.

25
Domingo



Num encontro em Moura que reuniu mais de 500 participantes é reafirmado que o empreendimento do Alqueva é necessário no Alentejo e ao País ■ Carlos Lopes conquista nos Estados Unidos o seu segundo título mundial de curta-mat ■ Termina em Braga o XI Congresso do PSD; na votação para os seus órgãos dirigentes a lista encabeçada por Mota Pinto obtém uma vitória considerada precária pela generalidade dos observadores ■ Um ambiente de guerra, com soldados a patrulharem as ruas, rodeou a farsa eleitoral montada pelos Estados Unidos em El Salvador ■ Gaston Thorn, presidente da Comissão da CEE, aludiu numa entrevista a uma revista alemã à possibilidade da Grã-Bretanha abandonar a Comunidade Económica Europeia.

26
Segunda-feira



Centenas de suinicultores de todo o País concentram-se em Rio Maior, dispostos a impedir a entrada na Fábrica Nobre de carne de porco importada ■ Quando aguardavam resposta a repetidos pedidos de audiência, junto à residência do Primeiro-Ministro, meia centena de dirigentes sindicais do distrito de Setúbal foram presos pela polícia ■ O tenente-coronel Alfredo Moura, vereador da CML, acusou o PS de estar a destruir as traves mestras do regime democrático ■ Hafez Assad, presidente da Síria, declarou a uma revista norte-americana que o seu país «jamais aceitará que se estabeleça uma relação entre a retarda das tropas sírias e israelenses» ■ A greve dos mineiros na Grã-Bretanha, entrada na sua terceira semana, começou a afectar seriamente a indústria.

27
Terça-feira

O Governo PS/PSD manda prender mais 62 dirigentes sindicais que esperavam junto da residência oficial de Mário Soares que este os recebesse ou marcesse uma audiência para discutir entre outras questões os salários em atraso; enquanto o juiz do Tribunal de Polícia transfere o processo, que envolve já 110 sindicalistas, para o Ministério Público, Eduardo Pereira faz um louvor à acção repressiva do corpo de intervenção da PSP ■ Suinicultores concentram-se em Rio Maior protestando contra a importação de carne de porco da Suécia ■ O Governo assina um acordo com os EUA para a instalação em Portugal de uma estação de rastreio espacial ■ Realiza-se no Chile a oitava jornada de protesto nacional contra o regime fascista ■ A Angop anuncia que bandos armados da Unita atacaram domingo a cidade de Sumbe, provocando oito mortos e 40 feridos entre a população ■ É anunciada a morte de Sekou Touré, presidente da Guiné-Conakri.

Editorial

URGE INTENSIFICAR O MOVIMENTO DE MASSAS

A escalada fascizante da repressão contra o movimento operário e popular, ordenada directamente nos últimos dias por Mário Soares, Primeiro-Ministro e secretário-geral do PS, está levantando a indignação e o protesto de todos os democratas e a resistência crescente e firme dos trabalhadores.

Torna-se claro que a escalada da repressão é uma operação conexa da guerra social contra o mundo do trabalho — declarada pelo Governo Soares/Mota Pinto no quadro da política de reconstituição acelerada dos monopólios, estreitamente associados ao imperialismo, e dos latifúndios — e frente principal da nova ofensiva da contra-revolução abertamente virada para a destruição das conquistas democráticas de Portugal de Abril.

No início da semana e na sequência de numerosas violências contra os trabalhadores, mais de uma centena de dirigentes sindicais, entre eles um deputado da Assembleia da República, três dirigentes nacionais da CGTP, dois padres operários e quatro dirigentes da União dos Sindicatos de Setúbal, foram metidos nas carrinhas da polícia e alguns encerrados mesmo durante várias horas na prisão e submetidos a julgamento pelo único «crime» de usarem os seus direitos constitucionais de petição e desajarem expor directamente ao Primeiro-Ministro problemas que exigem solução urgente.

O Governo Soares/Mota Pinto está recorrendo a métodos de verdugo.

Aos trabalhadores que reclamam pão para si e para os seus filhos, que exigem o pagamento dos salários em atraso que ascendem já a mais de 10 milhões de contos, que lutam pela defesa dos seus postos de trabalho, que invocam a necessária e urgente travagem da carestia da vida e da subida dos preços, o Governo PS/PSD responde com as cargas policiais, com prisões em massa, com procedimentos judiciais ilegais e injustos.

Os dirigentes sindicais de Setúbal detidos na terça-feira representavam trabalhadores que têm salários em atraso, os postos de trabalho ameaçados, que reclamam a viabilização das empresas.

A escalada repressiva parte de um governo que viola diariamente a legalidade democrática e os direitos dos cidadãos, de um governo que tem os dias contados. Visivelmente não é uma manifestação de força mas sim de fraqueza da clique governante.

A intensificação dos actos repressivos e de outras disposições fascizantes do Governo PS/PSD à luz do regresso da visita de Soares aos Estados Unidos, onde assumiu compromissos que fazem perigar a nossa segurança e independência nacional, deve fazer reflectir todos os portugueses patriotas e democratas sobre as consequências da continuação deste Governo à frente do País.

Comprova-se a experiência histórica dos portugueses de que a escalada da repressão contra o povo e o agravamento da dependência nacional face ao imperialismo são componentes indissociáveis do processo contra-revolucionário.

Comprova-se também a nossa rica experiência histórica de que o movimento popular e democrático tem em si as forças e condições potenciais para travar esse processo, para fazer triunfar a liberdade e derrotar a reacção, para assegurar a via do progresso social e da independência do País.

No momento actual, perante a ofensiva reacçãoária capitaneada por Mário Soares e comandada pelo capital financeiro sem pátria, cuja cabeça se encontra nos Estados Unidos, perante o desenvolvimento impetuoso da luta de

massas, as duas conclusões sobre o Governo PS/PSD tiradas por Álvaro Cunhal em Alcobaca — uma, preocupante, porque a situação é muito má; outra, confiante, porque existem condições para a melhorar e amadurecem as condições para o atirar abaixo — têm comprovada justeza.

A escalada repressiva do Governo Soares/Mota Pinto pode ser balizada no tempo e no espaço.

No decurso destes primeiros três meses do ano os marcos da repressão poderiam chamar-se Marinha Grande, Lisnave, Almada, Alentejo, Setenave, Ponte 25 de Abril, Avenida da Liberdade, Sorefame, Venda Nova, S. Bento...

Só nos quase três meses de 1984 o Corpo de Intervenção da PSP, criado pelo Governo do PS sozinho em 1976, executou os ordens de Soares e Eduardo Pereira dezolto chamadas «missões de ordem pública» contra trinta e duas em todo o ano de 1983.

O ministro Eduardo Pereira, directamente responsável pelos actos da polícia de intervenção ao nível do Governo, exalta mesmo «o êxito das missões» àquela polícia cometidas.

Simultaneamente, o Governo e a sua maioria parlamentar estão em vias de fazer passar na Assembleia da República a criação de três novos serviços de informação — a justamente chamada «lei da butaria» que configura o espectro de uma nova PIDE — directamente dirigidos por Mário Soares e a juntar a mais de uma dezena de outros serviços já existentes.

De maneira irresponsável os ministros Almeida Santos e Eduardo Pereira tentaram escamotear na AR o carácter governamentalista dos novos serviços de informação, essencialmente virados para a repressão do movimento operário, popular e democrático, contra os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, contra os opositores à política do Governo, contra a democracia.

A estreita associação desta escalada repressiva com os novos compromissos selados entre Mário Soares e a Administração Reagan, com o Pentágono e com os grandes grupos multinacionais dos Estados Unidos, é evidente.

Os colossos monopolistas ligados aos grupos Rockefeller, Morgan e outros, estreitamente associados aos antigos monopolistas portugueses que sustentavam o poder fascista, assumem em Portugal, com a força da pressão do FMI, o comando da ofensiva de reprivatização dos sectores básicos da nossa economia — antes de tudo da banca nacionalizada —, da direcção operacional da ofensiva destruidora de milhares de pequenas e médias e até grandes empresas nacionais, com um papel indispensável no nosso desenvolvimento económico e social e no emprego da mão-de-obra portuguesa.

É sob a férola das multinacionais norte-americanas que o Governo Soares/Mota Pinto prepara a reconversão da nossa economia nos moldes do subdesenvolvimento expostos no Instituto de Defesa Nacional pelo ministro Ernâni Lopes.

É sob o comando dos Carlucci, dos Weinberger e dos generais da NATO que o Governo Soares/Mota Pinto prepara a inclusão do território português do Continente e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e das Forças Armadas portuguesas nos criminosos planos de guerra nuclear dos Estados Unidos.

A assinatura anteontem do protocolo de «ajuda» financeira dos Estados Unidos por Jaime Gama e pelo embaixador norte-americano em Portugal mostra como o Governo PS/PSD está vendendo a nossa independência e segurança nacionais por um prato de lentilhas.

Em Moura, debate conclusivo: Todos a favor do Alqueva!

Reunindo mais de 500 participantes e a presença solidária de mais de 2000 pessoas que se deslocaram expressamente a Moura, realizou-se nesta vila alentejana no passado domingo o 2.º Encontro «Prosseguir Alqueva para Desenvolver o Alentejo e o País». Na iniciativa (que em próxima edição abordaremos mais desenvolvimentos) ganhou particular relevo a reclamação do prosseguimento das obras da barragem, que sucessivos governos de direita têm impedido.

Ficou patente na jornada que a concretização do projecto do Alqueva recolhe um apoio muito vasto e diversificado, incluindo pessoas e organizações de várias tendências políticas.

Estiveram em debate cinco grandes temas: Produção de Energia, Aproveitamento Hidro-Agrícola, Abastecimento de Água às Populações, Questões Ambientais e Turismo. Do encontro saíra um Manifesto onde se diz, nomeadamente, ser inadmissível «manter a posição de bloqueio do empreendimento do Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo que condena à desertificação toda uma região onde existe um poten-

cial — a água — que poderia e deveria constituir o vector fundamental do seu desenvolvimento económico e social e forte contributo para um maior equilíbrio da nossa situação económica».

O Encontro decidiu também «chamar a atenção do País e dos órgãos de soberania para a necessidade do urgente relançamento do empreendimento, nas suas múltiplas vertentes, sob pena de se criarem gravíssimos e irreversíveis custos económicos e sociais, que nada poderá justificar».

Sublinhando «ser necessário impedir que, na prática, o empreendimento continue paral-

lizado na medida em que, apesar de recentes decisões tomadas pelo Governo, na verdade as verbas afectadas são irrisórias e as acções concretas inexistentes», o Manifesto aponta a necessidade de «denunciar os detractores de Alqueva que, através de pretextos pretensamente científicos, apenas tentam defender os interesses que não são os do Alentejo e do País».

A responsabilidade de sucessivos governos de direita (com relevo para o actual PS/PSD) na imposição da paralisação do Alqueva foi igualmente desmontada pelo Manifesto, que salienta: «não são conceitos como os de desenvolvimento económico, de aproveitamento de recursos naturais, de modernização da estrutura produtiva, não é a

melhoria das condições de vida da população de toda uma região que enformam as suas decisões». Pelo contrário «a preocupação que tudo sobreleva é a de mera visão economicista, que tem por detrás a exclusividade óptica do lucro e que utiliza como cortina de fumo os mais variados argumentos, que vão desde a insuficiência da disponibilidade de água, ao pretérito elevado custo do sistema de água para rega, passando por irrelevantes pretextos ecológicos».

Seria igual e abundantemente provado no Encontro, através dos vários estudos já efectuados, que o aproveitamento do Guadiana português é um projecto altamente rentável numa perspectiva social, regional e de desenvolvimento nacional independente.

Suinicultores defendem produção

No domínio do sector agrícola e da pecuária o Governo liderado por Mário Soares continua a fazer das suas. Desta feita foram os suinicultores que se levantaram contra a política seguida para o sector, política esta que os arrasta a ritmo acelerado para a ruína.

Na origem da situação estão, entre outras, as dificuldades de escoamento e os elevadíssimos custos dos factores de produção a que se veio juntar mais recentemente a autorização dada para importação deste produto.

Seria aliás a importação de

várias toneladas de carne de porco da Suécia, num momento em que existe muita carne no País e os suinicultores se vêem a braços para conseguir escoar a produção, que fez transbordar a vasilha e lhes esgotou a paciência.

Sentindo-se enganados pelo secretário de Estado do Comércio de quem haviam recebido a promessa de que não haveria importações, posição que este altera uma semana depois dando o dito por não dito, os suinicultores responsabilizam por esta situação o Governo

Mário Soares, secretário-geral do PS, assume-se como instrumento servil da penetração e do domínio mais profundos do imperialismo americano em Portugal.

Os acontecimentos dos últimos dias mostram que é imperioso e urgente atirar abaixo o Governo Soares/Mota Pinto, que não pode adiar-se por muito mais tempo a alternativa democrática a este Governo e à sua política.

O Comité Central do PCP, na sua reunião de 13 de Março, concluiu que existem as condições objectivas para um novo governo e uma nova política e que a dinamização e intensificação do movimento popular de massas é o factor determinante de uma alternativa democrática.

Multiplicam-se lutas de crescente envergadura, o Governo Soares/Mota Pinto e a sua máquina repressiva são impotentes para travar o movimento de massas, para abafar a voz dos trabalhadores, dos democratas e patriotas mais consequentes.

Objectivos imperiosos e urgentes se colocam ao Povo português.

Grandes realizações políticas e de massas tiveram lugar nos últimos dias, novas outras se organizam e anunciam.

A campanha de esclarecimento político do PCP no plano nacional constituiu um impressionante êxito propagandístico dos comunistas, permitiu comprovar de maneira directa o enorme descontentamento popular e o total descrédito da coligação governante e da sua política.

As comemorações do Dia Nacional da Juventude, o Encontro de Moura Sobre o Aproveitamento do Alqueva, a importante concentração dos suinicultores em Rio Maior e as vigílias do movimento sindical unitário junto da residência do Primeiro-Ministro para que fossem recebidos e ouvidos os representantes dos trabalhadores foram importantes acções de massas contra a política do Governo.

Como justamente já foi afirmado, «os trabalhadores, ao mesmo tempo que reclamam a regularização e a actualização dos salários, a viabilização das empresas, a defesa dos postos de trabalho reclamam que seja demitido o Governo e seja formado outro que sirva o Povo português e Portugal».

Novas grandes acções estão projectadas para o mês de Abril e em particular deve dar-se uma enérgica resposta popular aos projectados aumentos dos preços do pão e dos transportes. Unificar essas lutas, necessariamente descentralizadas pelo elevado custo das deslocações, mobilizar cada vez mais e mais portugueses, criar rapidamente condições para uma grande jornada nacional nas formas adequadas, tudo isso fará avançar decisivamente as necessárias mudanças na situação nacional para uma alternativa democrática.

Uma grande importância resultará das manifestações nacionais do X Aniversário do 25 de Abril e das comemorações do 1.º de Maio.

O êxito daquela importante jornada democrática e da comemoração do Dia Internacional dos Trabalhadores poderá influir decididamente na resolução dos dois candentes problemas políticos que se colocam aos democratas portugueses: a alteração do quadro partidário actual e a escolha de um candidato às eleições presidenciais capaz de derrotar os candidatos da direita e de respeitar a Constituição da República e as instituições democráticas.

O Povo português tem razões para confiar. O Governo Soares/Mota Pinto será derrotado, uma política que sirva o Povo e o País está ao alcance das forças democráticas.

Camaradas falecidos

Maria Emília Ferreira

António Oliveira

Faleceu no passado dia 11 a camarada Maria Emília Trindade Ferreira que contava trinta e oito anos de idade. Era funcionária da Festa do «Avante!» desde 1980. Anteriormente, tinha sido monitora dos Pioneiros na freguesia de Santo André, no Barreiro.

O camarada António Simões de Oliveira, de 56 anos, faleceu no passado dia 25 de Março. Era natural de Arcos (Anadia), pequeno comerciante, membro da direcção da Casa do Povo de Anadia e membro do Partido desde 80. Fez parte da Assembleia de Freguesia de Arcos pela APU, de 1979 a 82, e encabeçou a lista da APU à Assembleia de Freguesia em 1982.

Carlos Alberto Saraiva

No dia 25 de Março faleceu o camarada Carlos Alberto Almeida Saraiva, militante na Trafaria, que era director da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trafaria. Natural de Lisboa, freguesia da Ajuda, contava 47 anos de idade.

Expressando o sentir de todo o Partido, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências às famílias dos camaradas falecidos.

Conheça a luta do povo português contra o fascismo através das edições **Avante!**

As Greves de 8 e 9 de Maio de 1944

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, S.A.R.L. Av. Santos Dumont, 57.3.º Dt.º - 1000 Lisboa Tel. 769744 769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725 769722.

DISTRIBUIÇÃO: C.D.L. Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828 779825 769751

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 693908 699615

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra. Tel. 26394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57.4.º Esq.º - 1000 Lisboa Tel. 766402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa Tel. 776936 776750

Porto - Rua do Almada, 18.2.º Esq.º - 4000 Porto Tel. 381067

Composto e impresso na Heska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/82

Tiragem média do mês de Fevereiro 45 900

PCP

Jornada de esclarecimento: um êxito

Minho

«Com uma maior participação (embora não generalizada) de militantes do Partido» que a DORM tem a preocupação de sublinhar, a Jornada chegou às principais empresas do distrito, aos bairros dos principais concelhos e a grandes concentrações de massas como sempre são as feiras de Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho e Barcelos. Três bancas, três sessões de esclarecimento, várias reuniões do Partido e um total de mais de 45 mil manifestos distribuídos nas várias acções são o balanço incompleto de uma jornada caracterizada por uma boa aceitação da propaganda do Partido que foi muitas vezes o comentário de incentivo ao nosso trabalho.

Beiras

Na Guarda a Jornada começou logo na sexta-feira com a distribuição do Manifesto do Comité Central em várias empresas do distrito (Femsa, Renault, Sisel, Vodratex, Belindo, TLC, Cascop) e culminou nesse mesmo dia com uma sessão na cidade em que participou o camarada José Soeiro, membro da Comissão Política. No sábado e no domingo, nos mercados de Pinhel, Trancoso, Gouveia, Guarda e Freixededas; em Meda, Manteigas, Cereje, Alverca da Beira, Sabugal e Seia; em Foz Coa — na generalidade, quer a distribuição quer o diálogo que foi estabelecido com as populações se saíram por uma boa receptividade, com destaque para a que lhes foi dada pelo população da cidade da Guarda.

Em Castelo Branco como em Leiria, sublinham os cama-

radas que os resultados ultrapassaram de longe os de Janeiro passado, na anterior jornada. Um bom acolhimento à distribuição do Manifesto — na rua e sobretudo nas empresas, de algum modo privilegiadas num e noutra distrito.

Quanto a Coimbra, dir-se-á que todo o distrito foi abrangido em acções das mais diversas, partindo em primeiro lugar da distribuição do Manifesto. Faltam ainda as informações da zona da serra, nas Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Penacova, Penela e Soure estão entre as localidades onde se realizaram acções. Freguesias, bairros, feiras e numerosas empresas visitadas por brigadas de comunistas, placards informativos nas ruas e convívios (dentre eles o que na Figueira da Foz reuniu mais de 100 pessoas) são algumas das acções a destacar na Jornada, que entretanto prosseguiu ainda no distrito na segunda e terça-feira.

Trás-os-Montes

No distrito, muitas das acções de esclarecimento mais importantes foram antecedidas por reuniões de quadros. Assim em Vila Real, Santa Marta de Portuzelo, Valpaços e Bragança. A distribuição do Manifesto foi também feita em freguesias de outros concelhos: em Mesão Frio, Vinhais, Miranda e Moncorvo, em Vila Flor, Carrizada, Alfândega da Fé e Macedo de Cavaleiros. Com um acolhimento no geral favorável, mereço destaque a boa receptividade ao Manifesto e aos comunistas que intervieram nesta acção verificada em

A campanha nacional de esclarecimento político realizada pelo PCP no último fim-de-semana constituiu um êxito de assinalar. Resultados altamente positivos foram conseguidos. Para muitos sectores, «melhor que em Janeiro»; e, por quase todo o lado, um cada vez mais claro esbater do anticomunismo que, se nem sempre leva à adesão, permite pelo menos o diálogo.

Milhares de camaradas desenvolveram em cada localidade e no plano nacional um vasto debate de massas incidindo sobre a situação actual e a política do Governo, em torno das propostas políticas do Partido.

A campanha de esclarecimento do PCP encontrou, pode dizer-se, profundo eco entre o povo. Centenas de milhares de exemplares do Manifesto do CC e de outros documentos regionais foram distribuídos com notável receptividade.

Formas diversas de contacto e debate foram postas em prática com elevado espírito de iniciativa. Nas ruas, praças e mercados; nas abordagens de porta-a-porta; nas empresas e outros locais de trabalho, em grandes e pequenas reuniões de massas o debate foi por vezes vivo e foi sempre esclarecedor.

Em vários locais, durante a campanha destes três dias, numerosas sessões e comícios constituíram formas directas de levar às massas populares o esclarecimento do Partido; em muitos, o ponto de partida foram reuniões de militantes envolvidos nas acções de esclarecimento.

Sem possibilidade de fazer um balanço completo da Jornada Nacional, as informações que resumimos dão no entanto uma ideia do seu alcance:



Vila Real, onde a distribuição se fez em sete bairros da cidade.

Lisboa

Uma grande jornada de esclarecimento, a envolver só na cidade de Lisboa mais de 800 camaradas nos três dias e uma grande diversidade de acções: distribuições nos bairros, nos mercados, à porta do metro e nas «bichas» para outros transportes e nas principais empresas; minicómios, bancas, porta-a-porta em 12 bairros da cidade, uma sessão na Voz do Operário. Foram mais de 100 mil os documentos levados à população. Noutros concelhos do distrito numerosas outras acções de assinalar: em Loures oriental, distribuições e bancas de rua em 7 freguesias, minicómios com os trabalhadores de grandes empresas, muitos milhares de manifestos distribuídos e centenas de activistas, entre os quais vários camaradas do Co-



só de Montemor tenham saído cerca de 300 camaradas para a rua); assinalam, por outro lado, que esta acção se entroncou e veio dar mais força a grandes acções em curso pelo pão e pela Reforma Agrária. No caso de Portalegre, foi o incorporar dos comunistas e das suas propostas nas Marchas

bem e ouviram com atenção a análise e as propostas do Partido sobre a saída para esta situação política.

Setúbal

Do distrito de Setúbal chegou-nos um resumo de informações que no entanto refere acções em treze concelhos, desde Almada a Sines, envolvendo centenas de esclarecedores organizados em brigadas, mais de 50 mil pessoas contactadas e uma grande diversidade de acções. Pichagens, carros de som, tarjais, bancas; por outro lado, comícios e minicómios — nas colectividades, nas ruas e nos mercados; plenários, e evidentemente, a distribuição mão-a-mão e porta-a-porta que começou na sexta-feira junto de grandes empresas e prosseguiu sábado e domingo nos bairros de quase todas as freguesias, em muitos casos com o concurso de camaradas do Comité Central. Uma boa receptividade ao Manifesto e ao diálogo com os comunistas, como seria de esperar num distrito onde o descontentamento lavra contra este Governo, onde os problemas são muitos e onde o Partido é (e é há muito) uma presença constante na luta e na defesa dos trabalhadores.

Assembleia da República

Serviços de informações e «privatização» da televisão continuam em debate

Se, como houve quem dissesse, Mota Pinto pretendia apresentar-se em Braga com a lei dos serviços de informação debaixo do braço, teve de partir sem ela. E talvez fosse mesmo a pressa dos deputados do PSD em tomar o comboio que fez com que o debate se atrasasse. Ficou-se por quinta-feira passada com a intervenção «clarificadora» de Ângelo Correia. Continuará hoje se a agenda não mentir. Porque isto de matéria agendada não quer dizer muito na Assembleia da República.

Sobre a questão da proposta de lei que visa criar os já famigerados serviços de informações detêm-se um artigo que o nosso Suplemento hoje publica. O debate ainda não deu a meia volta completa ao homicídio, mas já chegou suficientemente longe para que os penhos da criação de tais serviços, dependentes do Governo — do Primeiro-Ministro muito especialmente — e com uma «fiscalização» reduzida, tivessem sido denunciadas. Pelo próprio Governo, através das declarações de Almeida Santos (sobretudo por não ter respondido a algumas perguntas essenciais) e de Mota Pinto (cuja boca lhe fugiu para a verdade no discurso autoritário que produziu). E por Ângelo Correia que veio lançar a luz

que faltava — se faltava alguma — na discussão, ao confessar, praticamente, os intuídos políticos com que estes «serviços» foram imaginados. Por seu lado, a oposição — com destaque para o PCP — alertou, através do esquema de pedidos de esclarecimento e de protestos, para o carácter de política política que viriam a assumir estes serviços, a serem criados.

Projectos do PCP

Foram apresentados, na semana passada, dois projectos de lei do PCP, cujo objectivo comum era acrescentar e garantir novos direitos às mulheres. Foi a deputada Odete Santos quem interveio na apre-

sentação de ambos os projectos — um visando aprovar «medidas tendentes à efectivação dos direitos das mães» (solteiros e menores), o segundo propondo a garantia «à mulher grávida do direito de acompanhamento, pelo futuro pai, durante o trabalho do parto».

Ambos os projectos, como afirmou a deputada «locam a mesma realidade fundamental: a protecção da mulher enquanto mãe e a protecção da criança».

«Se um deles realiza em parte o direito ao bem-estar da mãe e da criança, garantindo-lhes os meios económicos minimamente necessários para uma saudável gravidez e o desenvolvimento regular do recém-nascido, o outro projecto, ao garantir o acompanhamento da mulher grávida, durante o parto, pelo pai ou excepcionalmente por outra pessoa indicada por aquela, procura minimizar os efeitos da ansiedade sobre o parto, com as inevitáveis consequências na relação mãe-recém-nascido-pai e no desenvolvimento do filho.»

Nesse mesmo dia Odete Santos interveio também du-

rante a apreciação do processo de urgência solicitado pelo PSD para a discussão e votação do seu projecto sobre o «prazo de caducidade em acções de resolução de contratos de arrendamento», explicando a votação do PCP contra o pedido de urgência que considerou ser a urgência dos senhores.

Unanidades «contrárias»

Anteontem o tempo escasseou para que se pudesse realizar o debate sobre os serviços de informação. Nem o recurso, apresentado pelo PCP, pelo MDP e pelo PS sobre a admissão do projecto do CDS que pretende alterar a Lei da Radiotelevisão — um dos pratos-fortes da agenda — foi concluído. O período de antes da Ordem do Dia tinha matéria importante.

Nessa mesma manhã meia centena de sindicalistas haviam sido detidos quando aguardavam que o Primeiro-Ministro lhes concedesse audiência. Na véspera aconteceu o mesmo. O deputado do MDP, António Taborda, trouxe a

questão ao plenário, no início de uma sua intervenção que abordava problemas da ocupação de Timor pela Indonésia.

Foi pretexto para uma viva troca de palavras em que interveio também o deputado independente Manuel Lopes, ele próprio um dos que havia sido detido. Prefere para as costureiras e reacções das declarações de Silva Marques, do PSD, minimizando a detenção de sindicalistas, aprovando-a e justificando-a à bem da «lei e da ordem». O repúdio da oposição, a que se juntou Manuel Alegre, pela detenção de um deputado da Assembleia não foi ainda protesto suficientemente forte. Ficará para a altura da discussão do voto apresentado pelo PCP que vigorosamente «condena a postura governamental que substituiu o diálogo com os trabalhadores pela recusa de audiência e pela prisão ilegal».

Mas votos houve e foram discutidos e votados prioritariamente. E, curiosamente, reuniram a unanimidade. A unanimidade, porém, não enganou ninguém. O sentido dos votos de aprovação não era o mesmo de uma bancada para outra, da

esquerda para a direita. Os votos foram de saudação pela vitória do atleta Carlos Lopes e pela passagem do Dia Mundial do Teatro.

Se Manuel Alegre, do PS, saudou a «atenção» do campeão face à penúria dos meios colocados à disposição dos desportistas, Damião, do PSD, saudou em Carlos Lopes «a raça beirã» e a «tenebrosa arma do trabalho» (sic!) Jorge Lemos, do PCP, referiu-se às dificuldades e carências do desporto nacional preferindo não apresentá-las queixosamente, perguntando o porquê das mesmas. «Para a Assembleia da República», disse, «é fácil assumir as vitórias. Mas mais difícil é assumir as responsabilidades.»

Depois, Margarida Tengarrinha, também do PCP, apresentou o voto de saudação sobre o Dia Mundial do Teatro. De novo pairaram no homicídio as memórias de uma política que nada tem feito a favor do teatro em Portugal enquanto que, em votos de saudação, as diferentes maiorias que têm governado o país não são peças em votos.



A encenação do CDS

Foi iniciado em seguida, o debate do recurso sobre a admissibilidade do projecto do CDS que quer alterar a Lei da Televisão. Não deixou de ser curioso ouvir Jorge Lação, do Partido Socialista, invocar — e bem — a Constituição neste capítulo, opondo-se aos desígnios privatistas do CDS. O PS tem facilmente esquecido as barreiras constitucionais noutras matérias também importantes para o regime democrático.

As palavras primeiras do deputado do PS foram, aliás, em tom de desculpa por invocar a Constituição. Mas lá foi dizendo que a Lei Fundamental era bem clara na interdição de entregar a televisão a entidades privadas. No mesmo sentido interveio o deputado Taborda, do MDP.

Jorge Lemos, o último inter-

veniente no debate desse dia, não se limitou a alinhar os impedimentos constitucionais. Acusou directamente o CDS de, ao propor que as actividades da RTP viessem a poder ser entregues a empresas privadas, vir «colocar a Assembleia da República perante uma encenação que tem outros objectivos dos que os que apresenta». Com efeito, ao mesmo tempo que faz barulho à volta da necessidade de uma revisão antecipada da Constituição, o CDS pretende passar por cima da revisão que tem exigido...

O debate ficou ainda aberto. Entretanto, durante o intervalo regimental, os deputados presentes haviam eleito o socialista Carlos Lage para a vice-presidência da AR substituindo o seu colega José Luís Nunes que ocupa hoje o lugar de presidente do grupo parlamentar do PS.

PCP

ASSEMBLEIAS DE ORGANIZAÇÃO



Concelhia de Santarém

Decorreu no passado dia 25 de Março, na Casa do Campolide, a 4.ª Assembleia da Organização Concelhia de Santarém do Partido Comunista Português, que culminou um trabalho preparatório em que se efectuaram 52 reuniões com 550 presenças.

No decorrer da Assembleia foi analisado o trabalho desenvolvido pelos organismos dos diversos sectores de actividade do concelho, bem como as perspectivas futuras e a intervenção dos comunistas.

Foi ainda discutido e aprovado por unanimidade o relatório da Comissão Concelhia cessante e o plano de actividades a levar à prática.

Estiveram presentes 200 delegados, que elegeram por unanimidade e aclamaram a nova comissão concelhia, que conta com 32 membros, com uma média de idades de 37 anos, a mais jovem de sempre, e com a seguinte composição social: 10 operários industriais, 1 operário agrícola, 13 empregados, 3 quadros técnicos e intelectuais, 5 de profissões diversas.

No final, interveio o camarada Domingos Abrantes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central.

Concelhia de Vila Franca de Xira

Subordinada ao lema «Reforçar o Partido, continuar Abril» realizou-se no último domingo na Sociedade Euterpe Alhandrense, a 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Vila Franca de Xira.

Culminando um intenso trabalho preparatório, esta Assembleia constituiu uma indelével afirmação de força da organização partidária e demonstrou o elevado nível de responsabilidade e de intervenção política dos comunistas na vida política, social e económica do concelho.

Esta característica reflectiu-se aliás nas intervenções que animaram de forma acesa o debate e esteve presente ao longo dos trabalhos onde se procedeu a um balanço da actividade realizada desde a 1.ª assembleia e se apontaram os objectivos centrais para o futuro.

A gravidade da actual situação política e económica e as suas incidências no concelho foram também uma das tónicas presentes nas intervenções dos delegados.

A forma exemplarmente organizada como a 2.ª Assembleia decorreu bem como o entusiasmo, transformando em verdadeira festa o final dos trabalhos, deixando antever a existência de condições para se melhorar a estruturação do trabalho, aprofundar a ligação às massas e prosseguir a luta por

decorrer da qual se efectuou um balanço da actividade e se apontaram as tarefas que se colocam aos comunistas daquele concelho.

Procedendo a um balanço do trabalho realizado desde a primeira assembleia, António Alexandrino salientou os passos dados no reforço da ligação do Partido às freguesias rurais e apontou como tarefa urgente a criação de um Centro de Trabalho em Vouzela.

A análise da situação financeira esteve a cargo de José Ferreira e a intervenção que encerrou os trabalhos foi proferida por Carlos Fraião, membro suplente do Comité Central, que analisou a situação política e social quer na região quer no plano nacional.

A anteceder a eleição da nova Comissão Concelhia, que ficou constituída por dez cama-

radando com a participação de várias dezenas de delegados a Assembleia debruçou-se sobre problemas económicos, sociais e políticos e sobre aspectos do funcionamento da sua organização.

Na resolução final aprovada por unanimidade consta a exigência de explicações oficiais urgentes sobre a totalidade do chamado «projecto alemão» para o Pico, também conhecido por «Projecto das Arroeteiras do Pico». Esta questão é levantada uma vez que, pelas entidades oficiais, nunca foi feita uma explicação clara e completa do conteúdo dos objectivos e das consequências da aplicação total dos 3 programas constitutivos do referido projecto.

A Assembleia propôs ainda a realização de um amplo debate público sobre o referido problema das Arroeteiras do Pico.

Durante os trabalhos foi eleita uma nova Comissão Concelhia de S. Roque do PCP. Assistiram cerca de duas dezenas de convidados.

Encerraram os trabalhos José Decq Mota, do Comité Central e responsável da DORAA e Blanqui Teixeira, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central que se referiram a diversos problemas da situação política regional e nacional, respectivamente.

A partir das 21 horas e perante uma assistência que enchia completamente o salão de St.º António teve lugar a apresentação pública da nova Comissão Concelhia do PCP e

Freguesia, composta por 11 camaradas, 3 dos quais mulheres.

A média etária do organismo eleito é de 40 anos, tendo o mais novo 25 e o mais velho 58 anos.

No final dos trabalhos o camarada José Bernardino, membro do CC do PCP fez uma intervenção sobre a situação política.

S. João

No passado sábado, realizou-se a 2.ª Assembleia da Organização da Freguesia de S. João, em Lisboa, no salão da Junta.

Os trabalhos decorreram com a presença da camarada Rosa Rabal, membro do CC do PCP, que no final interveio sobre a situação política e social.

Foi eleita uma nova Comissão de Freguesia composta por oito camaradas.

Sorefame

Os militantes comunistas da Sorefame realizaram no passado sábado a III Assembleia da

sua célula, tendo procedido à análise da sua actividade, à eleição de um novo secretariado, e à discussão da situação política e social.

Sob o lema «reforçar a célula da Sorefame do PCP para resolver os problemas da empresa e dos trabalhadores», a Assembleia contou com a participação do camarada Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC que proferiu a intervenção de encerramento.

No decorrer dos trabalhos os participantes aprovaram um manifesto dirigido a todos os seus camaradas de trabalho onde se destaca, entre outras coisas, o apoio ao documento elaborado pelas organizações representativas dos trabalhadores (ORT's) contendo propostas concretas no sentido da viabilização da empresa.

Na referida moção os comunistas da Sorefame reafirmam ainda a absoluta necessidade de salvaguardar os postos de trabalho; exigem o pagamento dos salários; e criticam a administração por não avançar com as encomendas da CP e Metro e pelo facto de manter a empresa a laborar a cinquenta por cento.

Sector de Informação

As votações do relatório de actividades (aprovado por unanimidade) e de uma proposta de novo organismo de direcção composto por onze membros (aprovado com três abstenções) culminaram os trabalhos da 3.ª Assembleia do Sector da Informação da Organização Regional de Lisboa, que decorreram no passado sábado no Centro de Trabalho Vitória e foram encerrados com uma intervenção de Dias Lourenço, da Comissão Política do CC do PCP e director do «Avante!».

Participaram na assembleia 61 delegados eleitos directamente pelas células, compreendendo jornalistas, realizadores, técnicos, locutores e trabalhadores de serviços de empresas jornalísticas, agências noticiosas, rádio e televisão.

Entre os delegados incluíam-se 32 de empresas jornalísticas e agências, 17 da rádio e 12 da RTP, eleitos em 13 reuniões de células. O anteprojecto do relatório tinha sido nas três semanas precedentes discutido em todas as células, resultando desse debate 47 propostas de alteração com base nas quais se elaborou o projecto presente na assembleia. No decorrer desta foram apresentadas mais 29 propostas, aceites na maioria pelos delegados.

O extenso documento analisa as políticas dos governos AD e PS/PSD no contexto da política de recuperação capitalista iniciada em 1976, concluindo pela contradição entre esta e o exercício da liberdade de informação.

O relatório aponta diversos factores que impediram a aplicação integral dos projectos destes governos, sublinhando, entretanto, que foram as lutas dos trabalhadores do sector

que lhes impuseram importantes recuos. A este propósito, desenvolveram-se os casos da Anop, EPNC, RTP, RDP, Portugal Hoje, Diário Popular, Lei de Imprensa e outras.

No documento analisa-se a actividade dos sindicatos do sector, das comissões de trabalhadores e dos conselhos de redacção, assim como a participação dos militantes do Partido na luta institucional, nomeadamente ao nível da Assembleia da República, Conselho de Imprensa e Conselho de Informação.

O relatório, que termina com a definição dos objectivos a curto e médio prazo, aborda ainda diversas questões relativas a organização, direcção, quadros, trabalho ideológico e fundos.

A assembleia aprovou por unanimidade duas moções, uma repudiando o recente despacho governamental sobre a EPNC e denunciando os visíveis esforços do PS para «transformar o Sindicato dos Jornalistas numa assessoria do Governo para a liquidação do sector público da comunicação social», outra condenando a informação e programação da RTP.

Sábado e domingo

Assembleia do Comité Local de Lisboa

É já nos próximos sábado (das 15 às 20 e 30) e domingo (a partir das 10h) que se realiza na «Voz do Operário» a I Assembleia da Organização do Comité Local de Lisboa do PCP, no decorrer da qual se fará um balanço da sua actividade nos últimos dez anos, se definirão os objectivos a atingir e se elegerá o novo organismo de direcção.

Os trabalhos encerrarão às 12h de domingo com uma intervenção de José Casanova, da Comissão Política do CC do PCP, realizando-se cerca das 17 e 30 um comício aberto à população em que discursará Octávio Pato, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

A Assembleia foi antecedida por um intenso e frutuoso trabalho preparatório a que temos feito larga referência nestas páginas, e que se saldou pela obtenção de importantes resultados orgânicos.

É o caso da criação de novos organismos, incluindo comissões específicas, e o reforço de outros já existentes, como é o caso das comissões de freguesia de Belém, Alcântara, Campolide e Santa Isabel.

Ao nível das células de empresa elegeram-se e activaram-se novos secretários, reactivaram-se células, incrementou-se a venda da imprensa do Partido.

Como resultado positivo do trabalho preparatório da Assembleia deve ainda referir-se o recrutamento de mais de uma centena e meia de novos camaradas, a sensível recuperação de quotas em atraso, para além de um intenso trabalho de propagação desta grande iniciativa das camaradas de Lisboa, que incluiu 58 panos colocados, 9 murais, cartazes, pendões, comunicados de organizações e painéis no interior e exterior dos Centros de Trabalho.

Concelhia de Vila Nova de Gaia

«No reforço do Partido a certeza de continuar Abril» é o lema da I Assembleia da Organização Concelhia de Vila Nova de Gaia que se realiza no próximo dia 8 de Abril, durante todo o dia, na Escola Preparatória Soares dos Reis.

Esta assembleia, que contará com a presença do camarada Carlos Costa da Comissão Política do CC, terá 280 delegados, muitos deles já eleitos nas suas freguesias, e poderá participar como convidado qualquer militante do Partido no concelho.

Entretanto está já pronta e posta à discussão a proposta de documento de orientação política.

A caracterização geográfica, demográfica, económica e social, eleitoral e política do concelho é feita na primeira parte do documento, seguindo-se um pequeno histórico das tradições democráticas em Gaia, bem como da luta por melhores condições de vida, inserida na luta mais geral em defesa do regime democrático e das conquistas de Abril, e por uma alternativa democrática.

A política de recuperação capitalista e os seus reflexos no concelho, nomeadamente o encerramento de várias pequenas e médias empresas do calçado e da cerâmica, é outro capítulo do documento. A organização do Partido integra naturalmente os temas abordados.

Como se diz no referido documento, realçando a importância da realização desta I Assembleia «ela permite fazer um balanço à actividade do nosso Partido, ao seu crescimento, à sua influência nas lutas e iniciativas levadas a efeito no concelho».

Fortalecidos com a realização desta I Assembleia Concelhia, os comunistas gaieiros tudo farão para que se avance decisivamente com os objectivos definidos, o que implica além da intensificação da luta popular, um rápido avanço na aproximação a todos os democratas e patriotas nomeadamente em torno das comemorações do 25 de Abril.

Oeiras

A organização de Oeiras promove no próximo sábado a sua 3.ª Assembleia de Organização, às 15 horas, no respectivo Centro de Trabalho. Da ordem de trabalhos fazem parte a leitura, discussão e votação do relatório da comissão de freguesia, a eleição da nova comissão e a apresentação das conclusões.

Os artistas nas fileiras dos lutadores

«A parábola do amo e dos seus servos»

«(...) Porque o Reino da Mentira Terrena é como aquele governante que um dia recebeu a notícia de que se aproximava o momento em que o povo, e os seus combatentes armados pela liberdade o expulsariam do país. Sentiu então um grande pesar no coração (...) e quando chegou o momento da partida para a sua casa no estrangeiro reuniu os seus servos e entregou-lhes as chaves do país, dizendo-lhes: «Agora os rebeldes e o povo deste país cairão na armadilha, porque todos vós sois negros como eles, e então eles gritarão, "Olhem, agora as chaves do País estão nas mãos do nosso povo; olhem, o nosso povo empunhou o leme do Poder" (...)» (Extracto do livro de Ngugi wa Thiong'o, Devil on the Cross, Heinemann, Londres, 1982.)

Na Revista Internacional n.º 2/84, à venda nas bancas a partir de agora, numa entrevista conduzida por Maureen Worner Lewis com o título «Pelos oprimidos que não se vergam», Ngugi wa Thiong'o fala sobre a missão dos artistas nas fileiras dos lutadores. Ngugi wa Thiong'o é um conhecido escritor africano, nascido no Quênia. Filho de camponeses, frequentou as universidades de Makerere (Uganda) e de Leeds (Inglaterra); quando regressou à Pátria trabalhou como professor na Universidade de Nairobi. Preso, perseguido, viu-se obrigado a emigrar para Inglaterra, onde ainda vive. Ngugi wa Thiong'o é o autor, entre outros, do livro Não Chores, Menino, editado em 1980 pela Editorial Caminho.

Serguei Tsukasov, chefe de redacção da Revista Internacional, escreve um impressionante artigo sobre Cuba. O exemplo desta ilha, tal como o dos outros países socialistas, mostra como um povo revolucionário, encabeçado pela classe operária, que conquistou o Poder, está destinado a desempenhar um papel internacionalista muito particular. O imperialismo acusa-a de ex-



portar a revolução.

Mas que «exporta» Cuba? Para a Nicarágua, por exemplo, exporta o saber e a cultura, enquanto os EUA exportam material bélico, exportam uma guerra não declarada.

O movimento feminino, pelos direitos económicos, políticos e sociais da mulher, movimento que cada vez com maior frequência entra em confronto directo com o grande capital é tema para um artigo de Audrey West, jornalista americana; na base deste artigo encontram-se três livros de três mulheres ame-

ricanas: Angela Davis, Mari Jo Buhle e Jessie Bernard. A comparação dos seus livros, as diferenças abismais de pontos de vista entre as escritoras ao analisarem, entre outras coisas, as etapas do movimento feminino ajudam à compreensão de alguns dos problemas que hoje afectam as mulheres dos Estados Unidos da América.

A Revista Internacional n.º 2/84 inclui, igualmente, materiais informativos sobre a Bulgária, Grécia, Sri Lanka, Índia, Equador, Nova Zelândia, Dinamarca e Estados Unidos.

A táctica para reprivatizar as empresas nacionalizadas denunciada por Octávio Pato

A encerrar os trabalhos da 2.ª Assembleia da Organização concelhia de Vila Franca de Xira realizou-se um comício a que assistiram mais de mil pessoas e que contou com a presença do camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP. Afirmou Octávio Pato, nomeadamente:

Em relação às empresas nacionalizadas, quer os governos da «AD», quer os governos PS, têm sido responsáveis pela sua gestão ruínoza, de forma a justificarem depois a sua reprivatização.

Não é preciso ir muito longe. Vejamos aqui, no concelho de Vila Franca, mais concretamente em Vialonga, o que se tem passado com a Centralcoer: — vendem-se ao desbarato as camionetas da empresa, correndo esta o risco de ficar com os seus transportes sob o controlo total de privados, a pretexto de que assim os transportes saem mais baratos. Desta maneira, três camionetas vendidas em Belas, por exemplo, renderam à empresa 1500 contos, pagos a prestações;

— pretende-se terminar com as vendas directas da empresa na área da Grande Lisboa, perdendo-se consequentemente o controlo de mercado em relação a esta área;

— gastam-se à volta de 250 mil contos em publicidade, ao seja, uma média de 685 contos por dia, isto é, o equivalente ao

salário diário mínimo nacional de 1370 trabalhadores (500\$00 diários);

— desperdiçam-se 15 mil contos com encomendas de rótulos, quando se sabia que se iria arrancar com nova rotulação;

— entrega-se a gestão dos refeitórios a outras empresas, a pretexto da sua «especialidade»;

— a vigilância das instalações é entregue a firmas privadas, enquanto antigos trabalhadores da empresa são sujeitos a reformas antecipadas e compulsivas, rescisões de contratos, indemnizações, etc..

Enfim, depois de gestões tão «audaciosas e renovadoras», como se poderá alguém espantar se as empresas do Sector Público vierem a apresentar prejuízo?

É então altura de aparecerem os zelosos defensores do capital privado a gritar que as empresas públicas dão prejuízo, que é necessário reprivatizá-las. Como se nós acreditássemos que algum capitalista investisse numa empresa que de

antemão soubesse que dava prejuízo!

Em relação à banca privada, um dos argumentos para a sua criação era o de que o capital nacional se encontraria em situação de desigualdade em relação ao capital estrangeiro.

Contudo, chega-nos agora o Primeiro-Ministro, secretário-geral do Partido Socialista, dr. Mário Soares, dos Estados Unidos, todo ufano, como se de coisa boa para o país se tratasse, com o pedido de 4 dos maiores bancos americanos para a abertura de agências em Portugal.

De facto o dr. Mário Soares é um muito especial amigo dos imperialistas norte-americanos

e os americanos são também, sem dúvida, amigo muito especiais dos governos sem vergonha e sem dignidade que submetem os povos dos seus países aos interesses e à política do governo dos EUA.

À pedinagem subserviente do Primeiro-Ministro português, eles respondem com um gesto magnânimo; nada menos que a abertura de 4 bancos! Tem razão para estar ufano, o dr. Mário Soares!

Que mais surpresas nos irá reservar esta sua viagem aos Estados Unidos? Em quanto mais ficarmos empenhados? Para já sabemos que se os banqueiros americanos são capazes de oferecer ao dr. Mário

Soares e à sua comitiva lautos banquetes, para Portugal e para os portugueses deixam as migalhas, que mesmo assim são regateadas e bem regateadas.

Mas não tenham ilusões os paladinos da banca privada e das espoliações do sector nacionalizado e da Reforma Agrária. No dia em que as acções de desrespeito da Constituição forem corrigidas — e estamos certos de que o serão — todos os bancos, empresas e latifúndios criados ou reconstituídos sob o manto da ilegalidade, voltarão a ser nacionalizados e bater-nos-emos para que o sejam sem qualquer indemnização.

Um livro que foi a alvorada despertadora do horizonte literário nos anos 40

Esteleros

Soeiro Pereira Gomes

5ª edição

com os desenhos feitos em 1941 por Álvaro Cunhal para a 1.ª Edição.

Os seus heróis são crianças-homens de «caras tsnadas, olhos assombrados, corpos angulosos e alquebrados por fadigas mal vencidas à espera também da sua alvorada» libertadora.

edições **Avante!**

Trabalhadores

Espancamentos e prisões

Uma «concertação» exemplar

- Marchas no Porto, dia 31
- Plenário nacional da CGTP-IN
- Contra desemprego em Beja e Portalegre
- Professores: manif. nacional, dia 30
- Função Pública: 24 horas de greve nas IPSS
- Banca: defesa da nacionalização

Depois da acção violenta contra os trabalhadores vidreiros, que fez esta semana dois feridos graves — um deles com fractura craniana, na zona de Leiria — as forças policiais a mando do Governo actuam em Lisboa, prendendo uma centena de dirigentes e delegados sindicais, incluindo dois membros do conselho nacional da CGTP-IN e um deputado independente, junto da residência oficial do Primeiro-Ministro em São Bento, onde se concentraram aguardando um encontro com Mário Soares, para com ele ou com alguém por ele designado se avistarem no sentido de expor novamente situações alitivas que atingem só com salários em atraso 20 mil trabalhadores no distrito de Setúbal. As tentativas de diálogo o Governo responde com a repressão.

O plenário da CGTP-IN reunido a nível nacional ontem no Teatro Aberto em Lisboa, segundo o «Avante!» pôde apurar, além das manifestações de repúdio e condenação severa por semelhante actuação do Governo dito democrático e até socialista, avançar decididamente pelo caminho do desenvolvimento de novas acções de luta.

Anunciada, entretanto, uma deslocação à residência oficial do Primeiro-Ministro destinava-se a entregar, ontem à tarde pelas 18 horas, as conclusões

do plenário de sindicatos, previsto para durar todo o dia. Depois dos pedidos de audiência de 10 de Fevereiro e 22 de Março, que não obtiveram resposta, a Central considera e sublinha que existe «uma recusa obstinada» do Governo que foge a «tratar seriamente os problemas com a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Inter-sindical Nacional».

Por seu turno, a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, protestando contra as

detenções de 26 e 27 em Lisboa, e solidarizando-se naturalmente com os detidos, recorda os espancamentos de trabalhadores da Sorefame, Lisnave, SRN, CPP, Parry, Vidreiros e outros. «Em vez de diálogo, em vez de democracia e legalidade, houve prisões», refere a FSMMP acrescentando que «a luta continuará e que as intimidações, a repressão e a prisão, ao invés de constituírem um factor de desmobilização, irão contribuir para reforçar a unidade entre os trabalhadores que, com serenidade, continuarão a lutar até que os seus objectivos sejam alcançados».

No mesmo sentido se manifestaram outras organizações representativas. Protestando, a União dos Sindicatos do Barreiro e Moita faz notar que o Governo Mário Soares/Mota Pinto e as forças policiais a seu mando nem a imunidade parlamentar respeitam, prendendo um deputado à Assembleia da República» (Manuel Lopes).

O Sindicato dos Metalúrgicos (STIMMS) sob o título

«100 prisões em dois dias — Que diálogo é este?» alerta especialmente «os restantes órgãos de soberania para a repetição de actos e acções repressivas das forças policiais, ultimamente, e para as presumíveis consequências no quadro da legalidade e estabilidade democráticas».

Novas lutas

Entre a série de acções marcadas para os próximos dias destacam-se as **marchas pelo pão, pelo trabalho, contra a carestia**, que se realizam no próximo dia 31 no Porto. No princípio desta semana já tinham aderido no distrito 45 sindicatos, 30 comissões de trabalhadores e outras organizações do movimento democrático e popular. Destacam-se plenários de empresa, comissões de mulheres, de reformados, trabalhadores-estudantes, cooperativas de consumo e grupos de acção cultural (teatro, especialmente).

As marchas têm os seus pontos de partida, no Porto, da

Praça da Corujeira (15 horas), do **Largo do Carvalho** (15 e 30) e, em **Vila Nova de Gaia**, da **Praceta 25 de Abril** (15 e 30) (ver percursos na gravura abaixo).

As marchas pelo pão, pelo trabalho e contra a carestia interligam-se com as lutas dos trabalhadores em vários sectores: pela contratação colectiva (casos da construção civil, panificação, indústria açucareira e bancários) contra a repressão (**Fábrica Jacinto**) contra os despedimentos (**Jotocar**), contra os salários em atraso, pela defesa do sector empresarial do Estado (sector público e nacionalizado da economia) e, entre outras ainda, com a luta dos professores.

As marchas de protesto e luta convergiram, cerca das 17 horas, na Praça da Liberdade no Porto. A forte mobilização faz prever uma participação em massa. Nas empresas, nos sindicatos, nas sedes das várias organizações participantes, preparam-se panos de presença, dícticos e outros materiais. Todos os dias chegam à União dos Sindicatos do Porto novas

adesões à iniciativa de luta, que decorrerá sob os lemas já anunciados: «sempre lutaremos; de fome não morreremos»; «está na hora de o Governo ir embora» e «queremos trabalho e pão, desemprego não».

Portalegre e Beja

Na sexta-feira passada os desempregados do distrito de Portalegre e Beja saíram por seu turno à rua e às estradas da região.

No distrito de Beja são mais de 10 mil os trabalhadores sem emprego. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do Distrito de Beja, há muitos aldeias e vilas, há homens chefes de família que há mais de seis meses não trabalham e não recebem qualquer subsídio».

Na concentração depois do desfile, um dirigente sindical disse em Beja que «se não fosse a solidariedade das populações muitos camaradas já teriam morrido de fome. Mas a solidariedade existe — acrescentou — e devemos portanto ter esperança no futuro».

Na concentração de Portalegre foi reafirmado com especial vigor o desmascaramento das promessas eleitoralistas do PS. Um elemento da União dos Sindicatos perguntou se «este Governo e os seus departamentos distritais já mexeram alguma palha para criar postos de trabalho? Naturalmente ninguém respondeu que sim. «Onde estão as promessas eleitoralistas do Partido Socialista? Onde estão as barragens da Rasa, em Marvão, e do Pisão, no Crato?»

Isso não cabe nas partilhas da coligação PS/PSD.



As prisões de sindicalistas, agora, são diárias; está-se a ver o que é a «concertação social» do PS/PSD, com a ajuda da UGT...



Marchas
pelo **Pão!**
pelo **Trabalho**
contra a **CARESTIA!**

Deram já o seu apoio às Marchas:

● **Sindicatos:** Aduaneiros, Agrícolas, Barbeiros, Bebidas, Calçado, Carnes, Cerâmicas, Comércio, Conservas, Construção e Madeiras, Curtumes, Escritórios e Serviços, Ferroviários, SINTEL, Técnicos de Desenho, Telecomunicações, Tele-comunicações, Telefonistas, Têxteis, Rodoviários, Vestiário, Vidreiros e Activ. cinematográficas, Portaria, Prof. de Farmácia, Mineiros, Serv. Domésticos, Músicos e USP / CGTP-IN. ● **Plenários de empresas:** Pioner, Herculano Couto Azevedo e Ca Nacional da Borracha. ● **Comissões Sindicais e Delegados Sindicais:** Desco, Maprel, Litografia Utis (Porto), União, Electro-Cerâmica, Amial, Santos e Lima, Matex, Efanor, Lionesa, Tentativa, Fibra, Nactex, Serli, Texas, Finexport, M.Rua, Lourenço e Ferraria, Kumeil, Maçonde, Gentleman, R. Durão, J.C. Andrade, Ca. Nacional de Plásticos, Floral, Herculano Couto de Azevedo, Matex, Fabinter, Ferreira Lino e Irmão, Sonáti, Metalúrgica S. Paulo, Vilar, Wanderscheider, Neolux, Cerâmica do Fojo, Faculdade de Engenharia do Porto, Pavimold, Matadouro de Valongo, Inova, Escola Prep. Gondomar, Inst. Port. Oncologia, Inst. Sup. Engenharia, Esc. Sec. Matosinhos, Esc. Aurélia de Sousa, Farmácia do Porto, Hospital Conde Ferreira, Fac. Ciências e Arca. ● **Comissões Inter-sindicais:** Sepsa, Cerâmica de Valadares, CP de Gaia e Campanhã, Efacec, Jayme da Costa, Ca Nacional da Borracha BBC-Stotz, Eurofer e Jotocar. ● **Comissões de Trabalhadores:** Sepsa, Electro-cerâmica, R. Durão, CP de Gaia e Campanhã, Herculano Couto Azevedo, Sinteror, Oliveira e Ferrerinha, Efanor, Sundtel, Inapal, Equimetal, Siderurgia Nacional, Oliveira, Secca, Salvador Caetano, Neolux, Jotocar, Santos e Barreto, SEOP, Jomar, Vinteica e CT e sub-CT Utis (Porto). ● **Assembleia de Delegados do Sindicato do Comércio, Assembleia de Delegados da Função Pública, Trabalhadores da Estamparia de Lavadores, Trabalhadores da S. Caetano, Coordenadora das CT's do Porto, Conselho Geral da USP, MURPI, MDM, Secretariado Trabalhadores-Estudantes Porto, Associação Trabalhadores-Estudantes de Oliveira, Martins, 3.º Encontro Nacional de Trabalhadores-Estudantes, Associação Portuguesa de Deficientes e Grupo de Teatro ART'Imagem.** ● **Adesões de última hora:** Cooperativa de Consumo de Campo e Comissão Unitária de Mulheres de Campo, Ass. Trab. E. Esc. Rodrigues de Freitas.

OUTRAS ADEÇÕES PODEM SER COMUNICADAS PARA USP R. Sta. Catarina, 922 - 2.º Porto - Tel: 380752/9

PARTIDAS → Praça da Corujeira, no Porto, às 15H00
Largo do Carvalho, no Porto, às 15H30
Praceta 25 de Abril, em Vila Nova de Gaia, às 15H30



todos às **Marchas-sábado-31 de Março**

Poder local

Ofensiva sem precedentes contra o Poder Local

Autarquias respondem

Sob o pano de fundo da dramática escassez de verbas que o Orçamento de Estado deste ano lhes impôs, as autarquias vêem-se agora confrontadas com a mais grave e profunda ofensiva desencadeada por qualquer governo contra o Poder Local democrático. «Ofensiva destruidora», lhe chama a DORL, no resultado de um encontro que reuniu no penúltimo fim-de-semana eleitos e responsáveis desta frente de trabalho em todo o Distrito de Lisboa.

Como vem sendo prática habitual deste Governo, é a burlesca do «resquecimento», o camuflado.

Em ministérios e correlativas secretarias de Estado desfazem-se eles em leis e despachos para esvaziar o Poder Local do que a própria Constituição impõe: vai-lhes ainda sobrando tempo para dar atenção e «tomar medidas» em casos como o da pedra-mármora desaparecida em S. Pedro da Cova — APU — mas, pelo contrário, ignoram o rol, diariamente acumulado, dos planos e projectos, vitais para vastas zonas e centenas de milhares de pessoas, que dormem nos gabinetes; de tragédias como as cheias de Novembro; ou ainda dos escândalos tipo palafraia-Republika-das-Bananas de que por exemplo o sr. Mesquita Machado e a sua «equipa» em Braga até parecem fazer gala.

É a instabilidade na gestão autárquica, traduzida só neste mês de Abril em eleições suplementares em 4 freguesias (S. Pedro da Cova-Gondomar, Marinhas-Salvaterra de Magos, Fazendas-Lages das Flores, Dornelas-Amareis) e em 2 Câmaras: S. João da Madeira, no dia 15, e Lamego, no dia 29.

Por que o «bloco central» não se entende ou quer tentar, como tal, a sorte, ou porque a velha «AD» quer desfazer-se ou reviver, ou porque — o mais de tudo! — seria bom arrebatar à APU as maiorias que

vereadores... dos vereadores, durante uma reunião de Câmara...

Nas últimas semanas a APU tem multiplicado, por tudo isto, iniciativas contra esta ofensiva antidemocrática e anticonstitucional. Se em maioria — e se em minoria.

Mas é um sinal novo dos tempos que correm que não só da APU venha a resposta: em numerosas autarquias, eleitos de outras forças políticas (com a quase constante amarelidade do PS, valha a triste verdade) pronunciam-se contra o pacote autárquico e denunciam-no — caso também da Câmara de Cascais — como aberração legal...

Nos últimos dias são de relevar:

● **O Encontro de eleitos e responsáveis autárquicos do PCP no Distrito de Lisboa**, já referido, que analisou e debatteu a série de decretos, anteprojectos e projectos de Lei do Governo PS/PSD referentes a estas matérias. «Com este ataque deliberado contra as autarquias locais — afirma-se nas conclusões — (...) o Governo pretende que o Poder Local saia diminuído, inconstitucionalmente, das suas atribuições e competências, fique reduzido a um mero órgão periférico, burocrático e administrativo da Administração Central e sujeito às mais abusivas e variadas interferências desta».

Dando relevo, nos debates e nas conclusões, às implicações da Taxa Municipal de Transportes e à Reorganização dos Serviços Municipais, que provocaria centenas de despedimentos «ao abrigo da lei», o Encontro, tendo em conta a generalidade do «pacote» governamental, decidiu:

— exigir dos grupos parlamentares com assento na AR que chamem a ratificação estes projectos, assim como a re-

vogação de todos estes diplomas;

— mobilizar os eleitos de todas as forças políticas na luta contra tais medidas;

— esclarecer e mobilizar os trabalhadores da administração local e as populações para a defesa dos seus interesses;

Quando ao distrito, o encontro registou a indignação dos participantes quanto ao que não foi feito e da competência do Governo em relação às inundações de Novembro, e sublinhou a solidariedade na luta que neste aspecto todas as Câmaras afectadas têm sabido manter.

Num outro passo é destacado o trabalho da PL-AEOD no distrito: cerca de 3500 contos afectadas a obras e instituições várias — «um trabalho altamente positivo» que deverá ser reforçado «pelo aumento de meios e actividade, assim como pelo do número dos seus associados».

● **A Câmara de Évora**, também em reunião de há cerca de uma semana, começa por manifestar a sua discordância quanto à não participação das autarquias na elaboração dos novos documentos legais, e critica várias das suas disposições. «Nomeadamente a não revogação de alguns artigos do Código Administrativo de Marcelo Caetano relativos a deveres funcionais, regime de faltas e estrutura de serviços, e a dependência em relação ao MAI», agravada designadamente no que respeita às questões de pessoal, «com uma regulamentação inadequada às realidades autárquicas», assim como a imposição da redução das despesas com o pessoal, «o que empurra na prática para o despedimento massivo».

● **Em apoio das autarquias vem a FRESTRU** quanto à generalizada crítica Taxa Municipal de Transportes, a que no penúltimo «Avante!» nos referimos a propósito de um encontro promovido pela Associação dos Municípios de

Freguesia, vereadores, eleitos em Assembleias Municipais e de freguesia, num total de cerca de 90 eleitos de todo o Distrito de Santarém, disseram recentemente «não ao que o Governo quer» — com estas palavras termina o manifesto divulgado e por todos assinado ainda a propósito do pacote autárquico deste Governo.

Denunciadas como antidemocráticas e lesivas da capacidade de intervenção do Poder Local são as falsas consultas, a anunciada nova lei sobre atribuições e competências, a nova Lei de Finanças Locais e de delimitação de investimentos, a Lei da tutela e dos serviços técnicos administrativos.

«O Governo Mário Soares/Mota Pinto — dizem estes responsáveis autárquicos — está a fazer o que a AD não conseguiu. (...) Surpresa para milhares de eleitores que deram o seu voto ao PS que, demagogicamente, durante a campanha eleitoral prometeu defender, reforçar e dignificar o Poder Local. Os principais responsáveis directos no Governo pelas questões do Poder Local — Eduardo Pereira e Helena Torres Marques — fazem hoje o contrário daquilo que anunciaram e a que se comprometeram».

Estes eleitos do Distrito de Santarém assumem, por outro lado, a defesa da autonomia dos municípios em todo o processo conducente à constituição da Associação Nacional de Municípios: o Governo que não tente domesticar a Associação, que não tente fazer dela «a UGT das autarquias»...

● **Em apoio das autarquias vem a FRESTRU** quanto à generalizada crítica Taxa Municipal de Transportes, a que no penúltimo «Avante!» nos referimos a propósito de um encontro promovido pela Associação dos Municípios de

Setúbal.

De facto, segundo a Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos, «o Governo pretende transferir para as autarquias todos os encargos financeiros relativos a indemnizações compensatórias e investimentos nas empresas de transportes colectivos urbanos e suburbanos de passageiros, o que constitui a demissão do Poder Central de uma responsabilidade que em todo o mundo é assumida pelos

respective Estados como forma de tornar o preço dos transportes acessível às populações e assegurar o normal funcionamento das empresas». Visa ao mesmo tempo o Governo, afirma a FSTRU, «o completo desmantelamento das empresas públicas de transportes, a entrega ao sector privado das suas partes mais rentáveis e a elevação do preço dos transportes para um nível insuportável para os utentes».

Reclamando «a imediata suspensão ou revogação dos referidos diplomas legais e a abertura de uma ampla discussão pública sobre esta matéria», apresentando esta reclamação junto dos órgãos de soberania, a FSTRU é assim um exemplo entre muitos de que o Poder Local será defendido e não apenas pelos seus muitos milhares de eleitos que honram e honrarão o mandato que receberam: o de defender os interesses das populações.

Resumindo um pouco a recente história autárquica desta Freguesia que cresceu com as minas de carvão mineral (fechadas em 1970) e forjou, ao longo de duras lutas, uma forte consciência antifascista, impossível referir que, desde 1976 (primeiras eleições), sempre votou à esquerda: nesse ano daria quatro lugares à FEPU na AF, cinco ao PS, um ao PPD e outro ao CDS. Em 1979 o PS ainda revelaria a vitória obtendo oito lugares, a APU sete e a AD quatro. Só que, em seis anos, o PS (embora benéfico para a Câmara igualmente socialista) nada fez na Junta e na Freguesia, limitando-se ao exercício do compadrio e do amiguismo».

Estas coisas pagam-se — e em 1982 a APU arrebataria a maioria relativa ao PS, obtendo oito lugares (o PS sete e o PSD quatro) e confirmando a

São já no próximo domingo as eleições antecipadas na Freguesia de S. Pedro da Cova, concelho de Gondomar, uma autarquia de maioria relativa APU derrubada pelo PS e PSD em duas «fases»: demissão do PS em primeiro lugar, seguida meses mais tarde pelo PSD. O primeiro invocaria uma história imbecil à volta de uma pedra mármore, acabando por sair da Assembleia de Freguesia sem qualquer justificação — o segundo, mais prudente, aguentaria ainda alguns meses ao lado da APU, saindo mais tarde para dar menos nas vistas. Mas dar nas vistas deram todos eles com o derrube da Junta — o seu grande «objectivo autárquico», tentando estrangular o trabalho relevante de uma equipa que, no meio disto tudo, não deixou de trabalhar. E a população sabe-o...

Eleições no domingo em S. Pedro da Cova

Setúbal.

De facto, segundo a Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos, «o Governo pretende transferir para as autarquias todos os encargos financeiros relativos a indemnizações compensatórias e investimentos nas empresas de transportes colectivos urbanos e suburbanos de passageiros, o que constitui a demissão do Poder Central de uma responsabilidade que em todo o mundo é assumida pelos

respective Estados como forma de tornar o preço dos transportes acessível às populações e assegurar o normal funcionamento das empresas». Visa ao mesmo tempo o Governo, afirma a FSTRU, «o completo desmantelamento das empresas públicas de transportes, a entrega ao sector privado das suas partes mais rentáveis e a elevação do preço dos transportes para um nível insuportável para os utentes».

Reclamando «a imediata suspensão ou revogação dos referidos diplomas legais e a abertura de uma ampla discussão pública sobre esta matéria», apresentando esta reclamação junto dos órgãos de soberania, a FSTRU é assim um exemplo entre muitos de que o Poder Local será defendido e não apenas pelos seus muitos milhares de eleitos que honram e honrarão o mandato que receberam: o de defender os interesses das populações.

Resumindo um pouco a recente história autárquica desta Freguesia que cresceu com as minas de carvão mineral (fechadas em 1970) e forjou, ao longo de duras lutas, uma forte consciência antifascista, impossível referir que, desde 1976 (primeiras eleições), sempre votou à esquerda: nesse ano daria quatro lugares à FEPU na AF, cinco ao PS, um ao PPD e outro ao CDS. Em 1979 o PS ainda revelaria a vitória obtendo oito lugares, a APU sete e a AD quatro. Só que, em seis anos, o PS (embora benéfico para a Câmara igualmente socialista) nada fez na Junta e na Freguesia, limitando-se ao exercício do compadrio e do amiguismo».

Estas coisas pagam-se — e em 1982 a APU arrebataria a maioria relativa ao PS, obtendo oito lugares (o PS sete e o PSD quatro) e confirmando a

São já no próximo domingo as eleições antecipadas na Freguesia de S. Pedro da Cova, concelho de Gondomar, uma autarquia de maioria relativa APU derrubada pelo PS e PSD em duas «fases»: demissão do PS em primeiro lugar, seguida meses mais tarde pelo PSD. O primeiro invocaria uma história imbecil à volta de uma pedra mármore, acabando por sair da Assembleia de Freguesia sem qualquer justificação — o segundo, mais prudente, aguentaria ainda alguns meses ao lado da APU, saindo mais tarde para dar menos nas vistas. Mas dar nas vistas deram todos eles com o derrube da Junta — o seu grande «objectivo autárquico», tentando estrangular o trabalho relevante de uma equipa que, no meio disto tudo, não deixou de trabalhar. E a população sabe-o...

Eleições no domingo em S. Pedro da Cova

Setúbal.

De facto, segundo a Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos, «o Governo pretende transferir para as autarquias todos os encargos financeiros relativos a indemnizações compensatórias e investimentos nas empresas de transportes colectivos urbanos e suburbanos de passageiros, o que constitui a demissão do Poder Central de uma responsabilidade que em todo o mundo é assumida pelos

respective Estados como forma de tornar o preço dos transportes acessível às populações e assegurar o normal funcionamento das empresas». Visa ao mesmo tempo o Governo, afirma a FSTRU, «o completo desmantelamento das empresas públicas de transportes, a entrega ao sector privado das suas partes mais rentáveis e a elevação do preço dos transportes para um nível insuportável para os utentes».

Reclamando «a imediata suspensão ou revogação dos referidos diplomas legais e a abertura de uma ampla discussão pública sobre esta matéria», apresentando esta reclamação junto dos órgãos de soberania, a FSTRU é assim um exemplo entre muitos de que o Poder Local será defendido e não apenas pelos seus muitos milhares de eleitos que honram e honrarão o mandato que receberam: o de defender os interesses das populações.

Resumindo um pouco a recente história autárquica desta Freguesia que cresceu com as minas de carvão mineral (fechadas em 1970) e forjou, ao longo de duras lutas, uma forte consciência antifascista, impossível referir que, desde 1976 (primeiras eleições), sempre votou à esquerda: nesse ano daria quatro lugares à FEPU na AF, cinco ao PS, um ao PPD e outro ao CDS. Em 1979 o PS ainda revelaria a vitória obtendo oito lugares, a APU sete e a AD quatro. Só que, em seis anos, o PS (embora benéfico para a Câmara igualmente socialista) nada fez na Junta e na Freguesia, limitando-se ao exercício do compadrio e do amiguismo».

Estas coisas pagam-se — e em 1982 a APU arrebataria a maioria relativa ao PS, obtendo oito lugares (o PS sete e o PSD quatro) e confirmando a

São já no próximo domingo as eleições antecipadas na Freguesia de S. Pedro da Cova, concelho de Gondomar, uma autarquia de maioria relativa APU derrubada pelo PS e PSD em duas «fases»: demissão do PS em primeiro lugar, seguida meses mais tarde pelo PSD. O primeiro invocaria uma história imbecil à volta de uma pedra mármore, acabando por sair da Assembleia de Freguesia sem qualquer justificação — o segundo, mais prudente, aguentaria ainda alguns meses ao lado da APU, saindo mais tarde para dar menos nas vistas. Mas dar nas vistas deram todos eles com o derrube da Junta — o seu grande «objectivo autárquico», tentando estrangular o trabalho relevante de uma equipa que, no meio disto tudo, não deixou de trabalhar. E a população sabe-o...

Eleições no domingo em S. Pedro da Cova

Setúbal.

De facto, segundo a Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos, «o Governo pretende transferir para as autarquias todos os encargos financeiros relativos a indemnizações compensatórias e investimentos nas empresas de transportes colectivos urbanos e suburbanos de passageiros, o que constitui a demissão do Poder Central de uma responsabilidade que em todo o mundo é assumida pelos

respective Estados como forma de tornar o preço dos transportes acessível às populações e assegurar o normal funcionamento das empresas». Visa ao mesmo tempo o Governo, afirma a FSTRU, «o completo desmantelamento das empresas públicas de transportes, a entrega ao sector privado das suas partes mais rentáveis e a elevação do preço dos transportes para um nível insuportável para os utentes».

Reclamando «a imediata suspensão ou revogação dos referidos diplomas legais e a abertura de uma ampla discussão pública sobre esta matéria», apresentando esta reclamação junto dos órgãos de soberania, a FSTRU é assim um exemplo entre muitos de que o Poder Local será defendido e não apenas pelos seus muitos milhares de eleitos que honram e honrarão o mandato que receberam: o de defender os interesses das populações.

Resumindo um pouco a recente história autárquica desta Freguesia que cresceu com as minas de carvão mineral (fechadas em 1970) e forjou, ao longo de duras lutas, uma forte consciência antifascista, impossível referir que, desde 1976 (primeiras eleições), sempre votou à esquerda: nesse ano daria quatro lugares à FEPU na AF, cinco ao PS, um ao PPD e outro ao CDS. Em 1979 o PS ainda revelaria a vitória obtendo oito lugares, a APU sete e a AD quatro. Só que, em seis anos, o PS (embora benéfico para a Câmara igualmente socialista) nada fez na Junta e na Freguesia, limitando-se ao exercício do compadrio e do amiguismo».

Estas coisas pagam-se — e em 1982 a APU arrebataria a maioria relativa ao PS, obtendo oito lugares (o PS sete e o PSD quatro) e confirmando a

São já no próximo domingo as eleições antecipadas na Freguesia de S. Pedro da Cova, concelho de Gondomar, uma autarquia de maioria relativa APU derrubada pelo PS e PSD em duas «fases»: demissão do PS em primeiro lugar, seguida meses mais tarde pelo PSD. O primeiro invocaria uma história imbecil à volta de uma pedra mármore, acabando por sair da Assembleia de Freguesia sem qualquer justificação — o segundo, mais prudente, aguentaria ainda alguns meses ao lado da APU, saindo mais tarde para dar menos nas vistas. Mas dar nas vistas deram todos eles com o derrube da Junta — o seu grande «objectivo autárquico», tentando estrangular o trabalho relevante de uma equipa que, no meio disto tudo, não deixou de trabalhar. E a população sabe-o...

Eleições no domingo em S. Pedro da Cova

Internacional



EL SALVADOR

Da farsa eleitoral à escalada agressiva

A farsa eleitoral organizada pelos Estados Unidos em El Salvador, no passado domingo, redundou em mais um falhanço para o imperialismo e no redobrar do descrédito das forças fascistas salvadorenhas.

Desta vez, e para variar, as denúncias das numerosas anomalias registadas no pretenso acto eleitoral foram feitas pelos próprios sectores aliados da ditadura. Segundo afirmações de representantes do Partido da Acção Democrática (PAD) e do Movimento Republicano Centralista (MRECEN), registaram-se centenas de anomalias durante o escrutínio, pelo que estão dispostos a pedir a sua anulação ao chamado Conselho Central das Eleições.

A disputa para a presidência da República de El Salvador registou-se particularmente entre três figuras bem conhecidas do fascismo salvadorenho: Napoleón Duarte, candidato da Democracia-Cristã, que já ocupou a presidência e tem no seu currículo a preferência pelas medidas repressivas das forças populares; Roberto D'Aubuisson, líder da famigerada ARENA e dos Esquadrões da Morte, presidente da Assembleia Nacional e tão declaradamente neonazi que se tornou incómodo até para os norte-americanos; e finalmente Francisco Guerrero, do Partido da Conciliação Nacional.

Os resultados da farsa, que deram Napoleón Duarte como o candidato mais votado, com 42 por cento dos «votos», seguido por D'Aubuisson, com 28 por cento, deixaram em aberto a questão presidencial, já que a maioria não foi atingida. O que significa que a ditadura dispõe de 30 dias para cozinhar uma solução, antes da segunda volta das «eleições».

Que solução? Uma que permita ao governo dos Estados Unidos apresentar a tirania que apoia e descreve-a como uma democracia, fórmula utilizada pelo ex-secretário da Justiça Francis Clark (um dos trinta observadores norte-americanos às «eleições» em Salvador), para descrever o escrutínio.

Na verdade, sendo o voto obrigatório em El Salvador, a população foi aconselhada pela própria Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) a votar nos departamentos controlados pelo exército de modo a evitar posteriores retaliações. O esquema de controlo utilizado para garantir a participação eleitoral — um registo apenas aos cartões de identidade — funciona nas zonas não libertadas como uma garantia. Daí as «boas partições» eleitorais de que certa imprensa se fez eco, ignorando as razões que a tal presidiram.

O mesmo não se passou evidentemente nos departamentos controlados pela FMLN, que ultrapassam a meia centena, não obstante o intenso esforço militar desenvolvido pelas autoridades para tentar dar uma aparência de que as eleições decorreram a nível nacional.

Um esforço inglório, como até D'Aubuisson reconheceu carpindo mágoas por não ser o «eleito»: é impossível realizar eleições porque o país está em guerra; a guerrilha aconselhou a população a não votar...

Uma opinião partilhada por muita gente, ainda que por razões diversas. Veja-se a afirmação de outro observador norte-americano, o senador democrata Christopher Dood: rezeio que os que detinham o poder na sexta-feira e no sábado sejam os mesmos que

vão estar no poder na segunda-feira e na terça-feira, independentemente de quem ganhe as eleições em El Salvador!

Diferente é a opinião de Reagan, claro, para quem as eleições foram um êxito. Uma opinião que de certo não surpreende ninguém, já que todos sabem e reconhecem que o escrutínio foi organizado para permitir a Reagan solicitar ao Congresso dos EUA uma nova ajuda militar urgente para o exército de El Salvador.

Cego e surdo ao desastre eleitoral, reflexo final do fracasso do projecto político-militar da sua administração como solução para os problemas internos e a decomposição do governo salvadorenho, Reagan insiste no único caminho que parece reconhecer: o da guerra.

Por isso os dirigentes da FMLN voltaram a alertar para a possibilidade da administração Reagan vir a tomar medidas ainda mais profundas no campo da intervenção armada em Salvador, quando a única alternativa para pôr fim à guerra seria o diálogo com base nas propostas das forças patrióticas de formação de um governo provisório de ampla participação popular.

As medidas tomadas pelo imperialismo apontam para um sentido diametralmente oposto. E os perigos de um confronto generalizado avolumam-se na América Central.

Mais manobras militares

A concentração de forças norte-americanas na América Central tornou-se tema de informação quase diária. Recentemente, o diário «Miami Herald» anunciou que as manobras militares Granadeiro I, dos EUA nas Honduras, foram antecipadas de Junho para 23 de Maio. Os treinos, em que participaram milhares de soldados (incluindo tropas das Honduras, Salvador e Guatemala), estão programadas para as zonas fronteiriças entre as Honduras e Salvador, justamente onde se concentram fortes contingentes da FMLN.

SOLIDARIEDADE

• **Luta e repressão no Chile** — Dia 27 realizou-se no Chile a 8.ª jornada nacional de protesto, que incluiu no seu programa reuniões sindicais, encerramento de lojas, boicote às aulas, buzinações de automóveis, concertos de caçarolas.

Testemunhando também da crescente envergadura de um movimento popular que conseguiu superar a situação dramática criada com as dezenas de milhares de mortos, vítimas do golpe fascista — a junta militar restabeleceu o estado de emergência. Prossegue entretanto a repressão com novas prisões, nomeadamente de dirigentes sindicais.

• **«Voz da Unidade» tem Festa** — Dia 25 de Março, em São Paulo,

O jornal revela ainda que se admite a possibilidade de as manobras Big Pine III — programadas para o Outono — poderem ser antecipadas alguns meses de molde a coincidir com as Granadeiro I, concentrando os seus esforços na fronteira das Honduras com o departamento salvadorenho de Morazan, de há longa data controlado pela guerrilha.

Esta série de coincidências tem um objectivo demasiado claro para que possa ser ignorado. Os Estados Unidos preparam uma acção em força contra os patriotas salvadorenhas, a que agregaram alguns elementos dos regimes fascistas da região para a necessária cobertura a uma intervenção não declarada. Uma manobra cujos recortes lembram por demais o cenário montado para a invasão de Granada.

As intenções não estão sequer no segredo. O conhecido embaixador americano nas Honduras, John Negroponte, confirmou que os aviões norte-americanos se dispõem a fazer voos de reconhecimento para detectar as linhas de abastecimento de armas à guerrilha, para o que o quartel-general de Palmerola nas Honduras já dispõe de 12 aviões e seis helicópteros equipados com luzes infravermelhas para reconhecimentos nocturnos.

Somando-se a estas informações preocupantes, a denúncia do senador democrata Jim Sasser de que 1800 soldados norte-americanos participaram nas manobras provocou aos objectivos a que nem o próprio Congresso norte-americano teria dado o seu acordo, o mesmo sucedendo no que toca a bases militares e campos de aviação a construir nas Honduras, bem próximo das fronteiras com a Nicarágua e El Salvador.

Para além das contradições internas dos Estados Unidos, dado importante que interessa reter, a principal questão reside contudo nesta inegável escalada agressiva que o imperialismo prepara na América Central. Um perigo demasiado grande para que possa ser subestimado e que exige das forças democráticas de todo o mundo uma pronta resposta.

no Ginásio de Esportes de Paqueta, realizou-se o «Festão da Voz da Unidade», semanário dos comunistas brasileiros. A primeira festa em «4 anos de circulação deste jornal — uma festa pelas eleições directas, pela liberdade de organização partidária e pela Constituinte», como é destacado no «Voz da Unidade».

Esta festa liga-se aos esforços desenvolvidos pelos comunistas brasileiros para a legalização do seu partido, que conta com 62 anos de existência. Referindo a oportunidade política da luta — neste momento — por essa legalização, os comunistas brasileiros destacam: «A participação das grandes massas na campanha pela eleição directa do próximo presidente da República, que assume objectivamente o conteúdo de uma luta pela liquidação

LÍBANO

O diálogo continua depois de Lausanne?

Foi apenas há dez dias que terminou em Lausanne, na Suíça, o que se convencionou chamar Congresso de Reconciliação Nacional libanês que, se teve o mérito de substituir durante algum tempo a linguagem das armas pelo diálogo, esteve longe de produzir os resultados positivos que seria de desejar.

Um curto espaço de tempo, dirão alguns, para pôr um mínimo de ordem na confusa situação libanesa; tempo bastante, defenderão outros, para deixar perceber que o acordo mínimo a que se chegou em Lausanne não chega para devolver a paz ao Líbano e muito menos à região.

E, no entanto, muita coisa sucedeu durante este intervalo, muitos factos aparentemente isolados, mas de cujo somatório poderá resultar uma situação qualitativamente nova para o Líbano.

Em primeiro lugar, o contestado e isolado presidente Amin Gemayel conseguiu ganhar tempo, remetendo para posteriores contactos interlibaneses a questão central da Cimeira de Lausanne: a formação de um governo de unidade nacional. Ao mesmo tempo, Amin Gemayel viu aprovado no acordo mínimo, a par de outras medidas para o cessar-fogo, a formação de um comité superior de segurança sob a sua presidência, e ainda um comité encarregue de preparar a futura Constituição integrado por

32 elementos a nomear pelo presidente após consulta aos participantes da cimeira.

Em segundo lugar, o contingente francês no Líbano — não poucas vezes acusado de participar ao lado das milícias falangistas em acções de repressão contra os democratas libaneses — começou a retirar, tendo o ministro da Defesa da França, Charles Hernu, afirmado no sábado passado que até ao dia 31 deste mês estaria completa a saída dos 1250 soldados que se encontram em Beirute.

Saiem-se que François Mitterrand afirmou entretanto ao «Washington Post» que, apesar da retirada daquele contingente, a França está disposta a enviar instrutores militares para Beirute e, aumentar a sua participação nas forças das Nações Unidas estacionadas no sul do Líbano.

Não menos importante para o desenrolar dos acontecimentos no Líbano foi a dissolução, há uma semana, da Câmara de Deputados israelita e a demissão do governo de Isaac Shamir. A grave situação económica e política em Israel, cujas forças continuam a ocupar uma parte do Líbano e a fazer incursões aéreas sobre Beirute, poderá provocar alterações no quadro político quando os eleitores forem às urnas para eleições gerais antecipadas. E se é prematuro avançar com os possíveis reflexos que isso terá na política externa israelita, é pelo menos admissível esperar que os sionistas não disponham nos próximos meses de muito campo de manobra nas suas ambições expansionistas.

Mas o perigo persiste

É evidente que a crise interna do regime sionista não descarta a possibilidade de novos perigos aventureiristas de con-



sequências imprevisíveis, sob o impulso do imperialismo norte-americano. Como alertou no final da semana passada o órgão do Partido Baas Sírio, no poder, os Estados Unidos não aceitarão pacificamente o fracasso da sua política no Líbano e tentarão com os seus aliados inverter os dados que lhes são desfavoráveis, empreendendo uma nova aventura contra a Síria.

Os indícios que apontam para uma tal possibilidade são preocupantes: a realização de manobras internas no plano do Golan com a eloquente designação de «guerra total»; a concentração de vedetas da marinha dos Estados Unidos na zona leste do Mediterrâneo; duas mobilizações, no espaço de três meses, dos reservistas de Israel e a presença em Telavive do enviado especial de Reagan ao Médio Oriente, Donald Rumsfeld.

A culminar este panorama há a referir o reacender da questão da retirada das tropas sírias e israelitas do Líbano, que o imperialismo pretende colocar numa mesma base, passando por cima do facto das primeiras estarem a cumprir um mandato da Liga Árabe e as segundas serem uma força invasora.

A firme posição anti-imperialista da Síria, cujo presidente Hafez Assad ainda há dias reafirmou a sua disposição de cooperar no sentido de se encontrar um acordo nacional no Líbano que salvaguarda a liberdade, a independência e a autoridade, é nesse domínio bem clara.

Como afirmou a propósito o presidente Assad à revista americana «Time» as forças sírias corresponderão de bom grado a um pedido de retirada quando um governo de unidade nacional funcionar no Líbano.

O que nos leva de novo à questão inicial sobre o desenrolar da situação interna libanesa após Lausanne.

Walid Jumblatt, dirigente do Partido Socialista Progressista libanês acusou recentemente o presidente Amin Gemayel de ter perdido uma oportunidade de acalmar as feridas do seu país e conseguir a sua unidade. Como poderá interpretar-se esta afirmação? Um alerta? Uma crítica? Um pronunciamento de novos confrontos?

Os esforços desenvolvidos pelas forças progressistas libanesas e sírias, bem como o aparente desejo de conciliação de Gemayel a partir do momento em que fez a sua histórica viagem à Síria, só poderão resultar se os problemas de fundo da sociedade libanesa forem resolvidos e preservada a unidade indispensável contra os interesses sionistas e imperialistas.

Não se trata de um caminho fácil. A pausa nos combates, que entretanto as forças divisionistas pretendem reactivar alimentando velhas questões entre forças distintas que se opõem ao regime confessionalista libanês, poderá ser um passo importante para o diálogo. Se este não se transformar de novo num encontro de surdos.

Solidariedade do PCP com os comunistas peruanos

Setenta e oitenta e cinco por cento dos trabalhadores peruanos participaram numa greve geral de 24 horas — convocada pelas quatro centrais sindicais do país. Apesar das múltiplas manobras do governo, que chegou a oferecer um prémio em dinheiro aos trabalhadores que furassem a greve, o movimento de protesto abarcou a capital e as cidades de Trujillo, Chiclayo, Huancayo, Huanuco, Pucallpa, Puno e Cuzco.

A polícia reprimiu brutalmente as manifestações realizadas, de que resultaram vários feridos. O camarada Jorge del Prado, secretário-geral do Partido Comunista Peruano, foi gravemente ferido por uma granada de gás lacrimogénico, no que é considerado um atentado à vida do dirigente comunista.

O Secretariado do PCP enviou no passado dia 24 ao CC do PC peruano um telegrama do seguinte teor: **Expressamos nossa inteira solidariedade motivo brutal atentado policial atingiu gravemente camarada Jorge del Prado condenando firmemente repressão governamental contra trabalhadores em greve e povo peruano em luta pelas suas reivindicações económicas, sociais e políticas.**

CEE, a «guerra» continua

Em vésperas de mais uma reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da CEE em Bruxelas, o presidente da Comissão da CEE, Gaston Thorn, propõe, em entrevista à revista alemã-federal «Der Spiegel», a realização de uma conferência extraordinária dos países da CEE para redefinir as bases da organização. Tão longe vão os — agudos — problemas entre os países da Comunidade, de que as divergências assumem um carácter crónico, variando embora o seu teor.

De momento, colocam-se com particular insistência, a questão dos preços e dos montantes compensatórios monetários, directamente relacionada com a do orçamento, e portanto também com a controversa contribuição britânica, e ainda o problema da redução da produção de leite que conta com a oposição irlandesa (o leite contribui com 9% do produto interno bruto nacional deste país).

Isto enquanto se afirma que os montantes compensatórios monetários protegem as explorações agrícolas alemãs, penalizando as francesas; e Margaret Thatcher afirma que a contribuição da Grã-Bretanha para o orçamento da CEE, equivale a «penalizar os países po-

bres (!) em proveito dos países ricos».

Assim, não surpreende que a sucessão de cimeiras, sobre questões gerais ou específicas, e aos diversos níveis, se vão saldando por sistemáticos fracassos. Na lógica dos monopólios, em que a competitividade joga papel determinante, não é de esperar acordo ou conciliação de interesses. E ainda menos preservação dos reais interesses da economia nacional de cada um dos membros da Comunidade.

Os verdadeiros problemas

Os verdadeiros problemas que se vivem nos países da Comunidade, não têm solução possível dentro de tal perspec-

tiva. Antes vêm a ser sistematicamente agravados (não subestimando embora as potencialidades que o sistema capitalista ainda detém).

Assim, em Fevereiro, a CEE obteve um outro recorde: o da escalada do desemprego. Quase treze milhões de desempregados na Europa dos «dez» — ou seja, 11,5 por cento da população activa, segundo os números oficiais que não incluem, ou só incluem parcialmente, os jovens à procura do primeiro emprego, e ignoram o subemprego. Em relação aos números de Fevereiro de 83, o aumento de desemprego é de 5,5 pontos.

Quanto aos rendimentos dos agricultores, as coisas não caminham melhor — entre 1982 e 1983, diminuíram de 7,1 por cento.

De par do sub-aproveitamento da capacidade industrial instalada, da gravíssima crise que atinge alguns sectores fundamentais da indústria, procede-se à quase inacreditável destruição de alimentos. Já não basta uma política virada para restrições na produção de leite, de que tantos países do mundo em vias de desenvolvimento são profundamente carentes.

Trata-se também da destruição pura e simples do que já foi produzido. Nos anos de 81 e 82 os países da CEE destruíram cerca de 500 mil toneladas de frutos e legumes. Quatro milhões de quintais de laranjas — o que corresponde a um quarto da produção da Sicília — serão destruídos este ano, por não encontrarem, nas fronteiras da CEE, mercado de escoamento. A CEE paga 300 líras por quilo de laranja lançado para as lixeiras para ser esmagado por bulldozers. Seriam tentados a resumir tal prática pelo nome mais adequado — crime. Crime contra os que trabalham a terra, contra os milhões de famílias que contam e recontam o dinheiro que dá cada vez para menos frutos, legumes, leite. Crime contra os que morrem de fome ou ficam para sempre física e intelectualmente diminuídos por sérias carências alimentares.

Mas o crime não está apenas na destruição. Está na própria lógica do capital que a tais práticas conduz.

Estes os verdadeiros problemas, cujos fundamentos, naturalmente, não são discutidos

nas múltiplas reuniões e encontros falhados da CEE — mas que estão na base de grandes lutas dos trabalhadores dos países da Europa capitalista.

Um milhão de pessoas, procedente de toda a Itália, convergiu para a Praça de S. João Latrão, em Roma, gritando slogans contra a política do governo de Craxi e entoando a velha canção revolucionária, «Bandiera Rossa». Esta a resposta popular ao apelo da Confederação Geral do Trabalho (CGIL), de luta contra a redução em três por cento da escala móvel (atualização automática dos salários em função de aumentos de preços), velha exigência do patronato italiano a que o dirigente do Partido Socialista, Craxi, decidiu responder. Lá como cá, a mesma política — ao serviço do capital — de partidos que se dizem socialistas.

Na Grécia, cerca de 150 mil trabalhadores dos sectores dos têxteis, da construção civil e dos estaleiros navais, fizeram greve por aumentos salariais e subsídios tendo em conta a situação familiar e horários de trabalho.

Na Grã-Bretanha mantém-se a greve dos mineiros das empresas carboníferas — já com reflexos na indústria britânica, nomeadamente no aço — contra uma reestruturação que prevê o encerramento de mil poços e o desemprego para 20 mil trabalhadores. Contra esta greve, iniciada a 12 de Março, o governo de Thatcher lançou milhares de polícias de choque, numa acção repressiva contra trabalhadores, sem precedentes desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Crise vem também do outro lado do oceano

Vários grandes bancos norte-americanos acabam de aumentar as já elevadas taxas de juro norte-americanas.

Que significado tem esta medida em termos de economia a nível internacional?

Para os países devedores, o seu serviço anual da dívida aumentará desta forma, automaticamente. Por exemplo, no que respecta aos países em vias de desenvolvimento, a elevação em um ponto das taxas de juro

dos bancos dos EUA, fará crescer tal serviço anual da dívida em três a quatro mil milhões de dólares.

Mas os efeitos desta arma a que os Estados Unidos recorrem para lançar sobre outros países os seus próprios problemas económicos, não a fazem sentir só nos países de mais débil economia, e portanto mais dependentes.

Para a Europa capitalista repressiva, para já, uma maior fuga de capitais (e portanto também de capacidade de investimento) — atraídos pelas taxas de juro privilegiadas. A política norte-americana das taxas de juro, provocou, só em 1981, um aumento de quatro vezes dos depósitos privados estrangeiros em bancos americanos.

Um outro exemplo: a política monetária praticada pelos Estados Unidos provocou um brusco aumento dos preços do petróleo para países que o compram em dólares. Em certos períodos de 1981, o combustível líquido custou aos consumidores da Europa Ocidental, um tempo mais caro, só por causa da diferença de flutuação de valores entre o dólar e as suas moedas nacionais.

Na esfera de mercados de exportação e matérias-primas, repetem-se também políticas que favorecem os interesses dos grandes monopólios norte-americanos. No caso, em detrimento dos europeus. Isso foi muito sensível, por exemplo, no sistema de preços mínimos de importação do aço impostos pelos EUA, tão distanciadados dos praticados no mercado mundial, que o então ministro da Economia da RFA afirmou constituírem um «obstáculo insuperável à exportação europeia». Desta forma, entre 1978 e 1980, o défice total da Comunidade em relação aos Estados Unidos, saltou de 6,1 milhões de dólares para 27,5.

É a guerra de interesses entre os grandes monopólios internacionais. Guerra de que são os trabalhadores a pagar a — pesada — factura. A mesma guerra que na Europa onde nos querem integrar à força, gera sucessivos desentendimentos nas cimeiras da CEE, e se traduz no crescente desemprego, na degradação das condições de vida, na irracional destruição do produto do trabalho.